

Crédito pecuário a mulheres de moçambique: dinâmicas sociais de gênero

Maria Henrique Cândido¹

Marta Júlia Marques Lopes²

Introdução

Este artigo decorre de uma pesquisa sobre dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane em Maputo – Moçambique, no período compreendido entre 1996 e 2008, sob influência da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU). Sua elaboração foi estimulada pela constatação da ausência do reconhecimento adequado da participação da mulher rural no processo de desenvolvimento socioeconômico do País. Nesse meio prevalece a “supremacia masculina”, protegida pelos costumes, tabus e pela divisão sexual do trabalho advinda dessa condição, que mantém a subordinação das mulheres, especificamente na zona sul de Moçambique. Nas zonas rurais a participação da mulher é definida pela tradição e pela cultura, que a coloca numa situação desfavorável na hierarquia social.

Parte da desvalorização e/ou a invisibilidade da mulher rural como produtora de riqueza no País. “Constata-se essa desvalorização apesar da sua participação na atividade agrícola, a principal fonte de recursos necessários para assegurar a alimentação, saúde e educação da sua família, e também a principal via da participação dos membros dos agregados familiares no processo de desenvolvimento econômico e social do País” (PNUD, 1998, p. 52).

Observou-se que, os programas de desenvolvimento rural implementados para incrementar as oportunidades de geração de rendimentos, particularmente para o setor familiar, foram direcionados em benefício dos homens produtores. Isso é elucidado por estudos elaborados por estudiosos moçambicanos, tais como Valá (1997), (2006); Casimiro (1998), Osório (2006)

¹ Bacharel em Ciências Sociais, Licenciada em Sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

² Professora na EENF/UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR-UFRGS

entre outros, que dão conta do caráter de invisibilidade do trabalho da mulher, visto que as atividades por elas realizadas, no âmbito doméstico, não são consideradas como trabalho e, sim, como tarefas domésticas. Já as atividades realizadas pelas mulheres no âmbito produtivo são consideradas apenas como “ajuda” aos homens.

Contemporaneamente, têm-se desenvolvido estudos que tratam da temática de gênero e desenvolvimento rural, que enfatizam a importância da participação da mulher nas estratégias de desenvolvimento. Esses têm revelado mudanças de discurso na legitimação da subordinação e secundarização da mulher, produzindo outros discursos baseados em relações solidárias de gênero.

Nessa perspectiva destaca-se Valá (2006, p. 191), quando afirma que

“A mulher tem uma contribuição vital como mão-de-obra no sequeiro para a garantia da segurança alimentar da família. Apesar do reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola irrigada, por exemplo, os extensionistas davam pouca atenção a elas, pelo fato de terem ‘preconceitos sócio-culturais em relação às mulheres, por terem deficiências técnicas em lidar com as questões de gênero, por elas serem, no geral, menos alfabetizadas e por ser mais fácil lidar com os homens”.

Importa ressaltar que a presença da mulher em atividades outrora reservadas aos homens é um fato resultante de transformações ocorridas na estrutura social moçambicana que contribuíram para a ocorrência da “abertura” democrática com repercussões culturais e socioeconômicas. O rompimento de barreiras protagonizado pelas mudanças ocorridas no cenário político, social, econômico e cultural do País se desenharam com o fim da guerra civil e da centralização do governo. Nesse contexto, o Estado e a Sociedade moçambicana estão sendo fortemente influenciados pelo contexto internacional, pela globalização e os chamados parceiros internacionais. Os últimos 17 anos foram marcados pela nova Constituição (1990) como referência desse processo democrático e assistiu-se à promoção de cooperação entre o público e o privado e manifestações dos interesses dos cidadãos a partir de 1992. Verificaram-se, portanto, importantes mudanças na forma de organização do Estado e na sua articulação com a sociedade civil. Foi nesse âmbito que se inicia a reinterpretação do processo produtivo, a partir dos princípios da década de 1990, permitindo mostrar a presença e perseverança da mulher, assim com a valorização de sua contribuição a economia nacional e do processo de desenvolvimento do País como um todo.

Importa destacar, também, que, apesar dessa pluralidade, prevalecem as políticas neoliberais que priorizam as Políticas de Reajustamento Estrutural (PRE) lideradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) em detrimento de políticas sociais. A consequência disso é a pobreza e

exclusão social que potencializadas por fenômenos naturais (secas e cheias) cíclicos, constituem uma situação dramática, cuja maior vítima é a mulher.

Salienta-se que, sociedade civil moçambicana também se transformou e em alguns casos foi agente importante dessas mudanças; hoje, interage com o Estado com certo dinamismo e intensidade, destacando-se na criação e fortalecimento de determinados tipos de organizações/associações da sociedade civil, lideradas por mulheres, para promoção da própria mulher. Trata-se de um conjunto de organizações/associações da sociedade civil que, apesar de origens, trajetórias e perspectivas diferenciadas, trazem consigo uma visão de mundo nas suas ações buscando formas e estratégias de contribuir no processo de desenvolvimento do País. As essas mudanças contribuíram, por exemplo, para o surgimento da AMRU, em 1991 oficializando-se em 1992 com início de atividades de apoio à mulher rural com Programa de Fomento Pecuário (PFP), em 1996. Essa associação parte de uma experiência sem precedentes históricos no País e participa no processo de reconstrução social do pós – guerra, guerra essa que assolou Moçambique durante 16 anos. O PFP veio estimular a mulher a participar do processo de desenvolvimento da sua comunidade e conseqüentemente do País como um todo. A introdução dessa nova atividade produziu uma transformação para as mulheres dessa localidade, que passaram a gerir algo que é efetivamente seu.

Portanto, o objetivo deste trabalho consistiu em conhecer e compreender os fatores que influenciaram a mulher rural a optar pelo crédito pecuário e como esse novo papel econômico influenciou nas relações familiares em uma comunidade de dominação masculina. Para o desenvolvimento do estudo, optou-se pelo contexto histórico cultural e socioeconômico da Comunidade de Changalane no Distrito de Namaancha ao Sul de Maputo em Moçambique por ser um local que concentra um número significativo de mulheres. Foram pesquisadas 144 famílias, beneficiárias do Crédito Pecuário concedido pela AMRU. Para a construção da problemática e análise dos dados buscou-se o elementos teóricos, sociológicos e estudos de gênero. Essa categoria analítica trata das relações entre homens e mulheres, em um determinado contexto sociocultural (Scott, 1995). Essa teoria clássica dos estudos de gênero permitiu analisar e discutir a situação das mulheres em Changalane na perspectiva das relações sociais entre homens e mulheres. Além disso buscou-se sustentação nos estudos sociológicos de Bourdieu (1998) particularmente em suas obras sobre a dominação masculina.

A problemática de origem e objetivos do estudo: mulheres e a estrutura social em Moçambique

Relembrando o histórico de invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, a denominação do seu trabalho como “auxiliar”, evidencia como os laços familiares tornam-se mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros de família, subordinando as mulheres. A

AMRU nesse sentido associou um programa social e econômico sob forma de crédito pecuário fundamentado em “uma política técnica” inovadora, com a intenção de aumentar o poder participativo das mulheres (AMRU, 1992).

Max Weber (1979) auxilia na compreensão dessa lógica participativa ao afirmar que, toda ação social está orientada pela ação dos outros baseados em um conjunto de expectativas inerentes ao grupo social a que o agente pertence, que pode ser compreendida como troca de uma situação por outra. No caso específico da Comunidade de Changanane, o crédito pecuário funcionou como um catalisador para alavancar as relações socioeconômicas comunitárias, para as mulheres significava o fim da miséria e das dificuldades vividas que causavam sofrimento.

Objetivamente a associação optou por conceder crédito às mulheres nas seguintes modalidades: a) caprinos; eram entregues cinco cabras e um bode a cada família e no fim de dois anos a família beneficiária obrigava-se a restituir sete crias para serem passadas para outras famílias; b) bovinos; o programa concedia duas vacas "prenhes" e a beneficiária era obrigada a restituir dois terneiros a serem entregues a outras mulheres, passados três anos.

Na concepção dessa modalidade estava envolvido o pagamento de uma taxa de fomento no modelo definido pelo programa, equivalente a US\$50,00 para caprinos reembolsáveis no período de dezoito (18) meses e US\$80,00 para o caso de bovinos recebendo assistência técnica e acompanhamento por meio de mediadores e de programas afetos à Associação. Isso se deu não só para garantir o retorno do crédito, mas principalmente por ser esta uma nova atividade, envolvendo esse grupo específico de mulheres nessa comunidade. O processo foi compreendido graças a capacitação e monitoria das beneficiárias e da comunidade no campo da produção, não só por ser uma modalidade nova, mas também para proporcionar a inclusão de mulheres sem nenhum grau de escolaridade no grupo.

Segundo a Associação, o crédito pecuário já beneficiou um total de 766 famílias em Magude e em Changanane. No que diz respeito à capacitação, as beneficiárias receberam ensinamentos a fim de conhecerem e terem domínio da importância dos alimentos em qualidade e quantidade suficientes, sobre as técnicas de manejo dos animais, melhoramento da produção e saúde dos mesmos, com objetivo único de reduzir a mortalidade (AMRU, 1992). Para o sucesso do programa, quase toda comunidade de Changanane foi beneficiada pela capacitação incluindo a que não recebeu crédito, que também teve oportunidade de adquirir conhecimentos sobre: gestão de pequenos negócios; empoderamento da mulher, igualdade de gênero, direitos e Lei da Terra, Educação Cívica, entre outros.

Pode-se considerar, ainda, que os seminários, palestras, cursos entre outras formas de capacitação ministradas, constituíram-se em importantes momentos de socialização, sensibilização e articulação de diferentes atores

sociais. Salienta-se que ao final desses encontros, os participantes discutiam e sugeriam um conjunto de ações que permitissem a toda comunidade, homens e mulheres, ampliarem suas discussões para um número maior de famílias de agricultores, de maneira que as preocupações relacionadas à equidade nas relações de gênero viessem a ser efetivamente incorporadas na vida das famílias e na dinâmica interna da comunidade.

Ao analisarmos as ocupações e o trabalho antes da introdução do crédito pecuário, encontrou-se fatores de influência para que essas mulheres praticantes da agricultura de subsistência optassem pelo crédito pecuário concedido dando início à prática de uma atividade outrora de domínio masculino. Os fatores culturais fundamentam as responsabilidades atribuídas à mulher na procriação (reprodução da família), e alicerçam a organização do trabalho familiar onde se considera a existência de uma divisão de responsabilidades por sexo e por idade no interior da unidade de produção.

Nessa perspectiva citando Giddens (2007), observa-se a preponderante divisão do trabalho entre os sexos colocando homens e mulheres em posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza. Observa-se que o processo de socialização estabeleceu que dentro da unidade familiar existissem atividades que só as mulheres adultas deveriam executar porque requeriam algumas qualidades intrínsecas a essa obrigação. No entanto, essa condição atesta que “na divisão do trabalho a mulher é representada como força de trabalho, mas não sujeito das decisões sobre o produto do esforço despendido”, conforme salienta Osório (2006, p.10).

Legitima-se a presença de mecanismos de subordinação na divisão do trabalho; o trabalho das mulheres, geralmente, aparece como ‘ajuda’ ao marido mesmo quando trabalha mais ou tanto quanto ele, ou quando executa exatamente as mesmas atividades. Essa situação é sustentada pelas dificuldades de acesso e controle dos recursos produtivos advindas da sua condição de mulher e da falta de informação sobre como reivindicar os seus direitos. O que legitima e garante praticamente tais mecanismos, segundo Bourdieu (2006), é o direito que se limita a consagrar simbolicamente, por um registro que eterniza e universaliza o estado da relação de forças entre os grupos e as classes e as classes de sexo neste caso.

Em uma situação análoga, Brumer (1988) e Freire (2004) observam que, na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, aos homens cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (animais domésticos) e o cuidado do quintal.

A estrutura social que sustenta a vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar perdurou nessa comunidade até a introdução da atividade de criação de gado na década de 1990.

Em período de guerra constatou-se que as mulheres assumiram papel invisível de chefe de família nas situações precárias que acompanharam a guerra, muitas delas na ausência dos maridos emigraram em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Em função dessa migração constituíram-se unidades chefiadas “de fato” por mulheres, conforme Loforte citado por Valá (2006).

Importa ressaltar que as mulheres dessa comunidade nunca problematizaram as desigualdades de gênero, de tal modo que não houve movimento reivindicativo no sentido de eliminá-las. Isso pode significar falta de discernimento sobre a questão, apesar da existência da Organização Moçambicana de Mulheres (OMM) que possuía a tarefa de promover a emancipação da mulher. Tal emancipação era vista como o simples fato de as mulheres poderem participar em manifestações culturais no dia alusivo à mulher moçambicana e nas celebrações das datas comemorativas onde elas eram chamadas a tomar parte nas manifestações políticas, orientadas pelo partido no poder. Pouco se fez “para mudar a natureza marginal da participação da mulher rural em associações rurais ou mistas”, dizem Deere & León (2002).

As práticas culturais continuam sendo mantidas, mas de forma tímida. A introdução do novo discurso sobre igualdade de gênero criou certa disfunção nas relações vigentes, em parte pela predominância da multiculturalidade e multietnicidade entre os atuais casais residentes.

Mesmo assim pode-se observar a prevalência da estrutura social determinada pelas características de uma sociedade patriarcal cujas práticas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, influenciando na delimitação de papéis sexuais e sociais. Essas relações entre os sexos definem as relações de gestão de recursos e de trabalho.

Salienta-se que, para a adesão das mulheres ao programa de criação de gado, fatores culturais pesaram no processo de tomada da decisão de optarem pela modalidade do crédito pecuário, explicitando a articulação entre a reprodução da dominação e o controle dos recursos, como o acesso à terra que predominava na região. A terra na qual as mulheres e suas famílias trabalham foi-lhes atribuída pela Associação local por meio da autoridade administrativa e local sob influência da AMRU, que já conhecia a condição da mulher rural naquela região do País. Isso se deu para promover, principalmente, o reconhecimento das mulheres como cidadãs completas e iguais, bem como os direitos da mulher à terra nas Comunidades camponesas (DEERE & LEÓN, 2002).

Convêm salientar que não existe a posse legal de terra mesmo para as mulheres cujos pais viveram toda vida nessa comunidade. É importante lembrar que a terra em Moçambique pertence ao Estado, podendo ser requerida para uso e aproveitamento para aquelas pessoas que antes da independência se encontravam ocupando algumas parcelas que possuíam de forma consuetudinária, reconhecida pela comunidade. Porém, a população estudada, em sua maioria, não dispõe desse mecanismo de posse jurídica e conta ainda com a observância da validade do direito de posse consuetudinária³. Em Changalane as mulheres da comunidade sempre primaram pela pluriatividade como atividades de rendimento, ou seja, dedicavam-se à agricultura de subsistência, associando o extrativismo e o trabalho migratório dos maridos e outros membros da família em países vizinhos ou na cidade de Maputo.

Ressalta-se que, historicamente, a região de Changalane foi a maior produtora de gado no sul do País no período pré-colonial e na vigência do sistema colonial esta atividade se desenvolveu. Grandes empresas capitalistas instalaram-se nessa região entre elas as que se dedicavam a agropecuária, chegando mesmo a fornecer carne e derivados à capital Maputo. Importa ressaltar que a entrada do capitalismo enfraqueceu a produção dos camponeses locais e desestruturou a organização social das comunidades.

As empresas recrutavam mão-de-obra em diversos lugares do País em regime de trabalho forçado e, no final da colonização, muitos trabalhadores se estabeleceram constituindo famílias com mulheres locais dando origem à população nativa atual de Changalane. Destaca-se que a mão-de-obra feminina também foi usada nessas empresas como trabalho secundário de pouco valor.

Assim nesse cenário constatou-se que fatores socioeconômicos foram determinantes na opção pelo crédito pecuário, pois a guerra civil havia provocado um desmoronamento da base econômica do sistema de cooperativas constituídas nos primeiros anos de independência. A modificação das relações no plano socioeconômico verificou-se, em primeiro lugar, pelo questionamento da autoridade das antigas cooperativas que repercutia numa economia considerada em estado de colapso em todo País, resultado do conflito armado e outros fatores macroeconômicos subjacentes. Esta questão foi posteriormente ampliada pela intensificação da violência e da crise política generalizada na sociedade moçambicana na década de 1980-90 e que trouxe, como consequência, dificuldades para a prática da agricultura. A população passou a buscar a sobrevivência na natureza. Ocorreu, em consequência, desmatamentos em busca de lenha e produção de carvão para

³ Entende-se por direito consuetudinário “um conjunto de hábitos, que se constituíram como costumes, de caráter normativo, dentro de um agregado social como tal ou dentro de um dos seus grupos e que se tornam parte integrante das garantias de ordem especificamente jurídicas” (GOTTFRIED, 1969, p. 197).

comercialização na cidade. Changalane passou a ser conhecida por ser o principal fornecedor desse combustível. Em concordância com esta situação cabe destacar que o consumo desse combustível aumentou assustadoramente devido à ruptura de estoques de gás de cozinha e das constantes quebras de energia elétrica na cidade, causadas pelas sabotagens das vias de transmissão de eletricidade para alimentar a cidade. Tanto a população urbana como da periferia recorria à lenha ou carvão vindos de Changalane e outras zonas rurais para produzir alimentos. A população local e a oriunda da cidade encontraram no desmatamento e na caça furtiva uma alternativa de sobrevivência.

Diante dessa realidade observa-se que as mulheres sempre tiveram trabalho excessivo em relação aos homens, elas trabalhavam na produção de carvão, saíam para vendê-lo e ainda se dedicavam ao trabalho doméstico e ao cuidado das crianças e do restante da família, como afirma Osório (2006). Diz esse autor que é curioso constatar que no discurso dos homens há uma consciência do trabalho excessivo das mulheres. No entanto essa constatação não se traduz em necessidade de partilha ou consciência da injustiça, precisamente porque os homens foram socializados para aceitarem e reproduzirem a situação de desigualdade como natural à diferenciação sexual.

Nesse cenário desenvolveram-se reflexões que deram origem ao objetivo deste estudo que buscou conhecer as influências da introdução do crédito pecuário na vida familiar e comunitária das mulheres da comunidade de Changalane.

Resultados

A introdução do crédito pecuário e o trabalho das mulheres

Um olhar sobre as relações entre mulheres e homens na localidade de Changalane, depois da introdução do crédito pecuário, sugere um olhar para o processo de transformações ocorridas na comunidade, desmistificando a eficácia dos princípios culturais consagrados e legitimados pela comunidade e tendo em conta os conflitos internos no espaço social.

O esforço empreendido, sobretudo pela AMRU no sentido de legitimar uma nova abordagem das relações sociais de gênero, constituiu uma nova realidade que revelou autonomia das mulheres no meio rural. Fatores econômicos, preponderantemente, influenciaram as mulheres a aderirem a esta modalidade de crédito, mesmo contra vontade de alguns maridos. Desafiaram o processo de (des)organização da estrutura de trabalho da comunidade de Changalane.

Nem todas as mulheres aderiram ao crédito, achando que o mesmo “não era para elas”, e outras, que “não era oportuna a adesão a uma nova atividade naquele momento” porque “não seriam capazes de dar conta da criação de gado e do reembolso do crédito”.

Do ponto de vista das mulheres, não se tratava apenas de substituir atividades antigas por outras novas, mantendo o padrão de complementaridade com relativa autonomia face aos homens. Algumas dentre elas optaram por essa nova atividade, mas dependiam do marido para proverem o capital inicial e a possibilidade de viabilizar a continuidade do empreendimento. Importa enfatizar que o estabelecimento no Posto Administrativo de Changalane de uma Casa Agrária, resgatou a prática de agricultura, auxiliando os camponeses com sementes, assistência agrária, captação de água potável via abertura de poços subterrâneos e rega dos cultivos, entre outras atividades que beneficiaram homens e mulheres. Antes da introdução do crédito pecuário pode-se afirmar que as mulheres se encontravam numa situação de paralisação quase completa, causada por falta de sementes, instrumentos de produção, entre outros meios. Isso é demonstrado nas entrevistas das mulheres quando afirmam que:

“quando a AMRU chegou nós estávamos sentadas na sombra daquela arvore ali, sem nada para fazer. Não tínhamos sementes para iniciar, tudo tinha sido destruído e nós sobrevivemos porque refugiamos-nos nas montanhas a tempo. As pessoas que ficaram foram mortas e as casas incendiadas. Utilizamos as chapas de zinco queimadas para construir casas. Não fazíamos quase nada, preparávamos bebidas alcoólicas localmente, embriagávamo-nos, lutávamos entre nós e os maridos batiam nas mulheres depois de bêbados, devido à prática de adultérios. “Começamos tudo do zero” (Entrevista, n. 12, 2008).

Bourdieu (1966) auxilia na compreensão dessa situação ao afirmar que as “mulheres que passaram por um período de humilhação ao longo das suas vidas refletem a reprodução da dominação masculina” no seio da Comunidade. Neste caso, constata-se que entre as próprias mulheres agricultoras, legitimou-se a submissão nos casos de adultério e da agressão física com a alegação de que é justo o marido usar o castigo físico como demonstração de amor. Essa violência não se restringe à perpetuação das prerrogativas morais masculinas, mas atinge a dimensão física do relacionamento matrimonial. Mesmo quando acontece o espancamento, não ocorrem denúncias, por se tratar de assunto de domínio familiar que diz respeito apenas à mulher e ao marido.

Refletindo sobre a deterioração da condição feminina na agricultura familiar, nos casos expressos na fala acima e em outras dentre as entrevistadas, evidenciou-se sua posição de inferioridade, desqualificando sua própria imagem e revelando baixa autoestima que prevalece e mesmo domina as relações. Nesse sentido o objetivo da AMRU de apoiar as mulheres de Changalane teve como ponto de partida a quebra de diferentes mecanismos que restringiam e desqualificavam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e decisão dentro da unidade familiar. Os obstáculos impostos à sua plena participação foram e estão sendo paulatinamente removidos pela tomada de consciência da existência de direitos iguais entre homens e mulheres, facilitados pela participação, tanto de homens como

mulheres, na formação e educação cívica. A maioria dessas pessoas tomou conhecimento pela primeira vez da existência desses direitos consagrados na lei-mãe no momento da adesão ao crédito.

A AMRU por meio da participação em seminários e cursos de capacitação buscou contribuir para a construção de condições que revertersem o quadro de subordinação e discriminação sexual, revigorando, também, princípios de democracia. Esses espaços contribuíram para que os agricultores (mulheres e homens jovens de ambos os sexos) com experiência de vida e trabalho pudessem trocar vivências, compartilhar angústias e desejos, e sonhar em construir novas relações sociais baseadas na igualdade e na solidariedade, além de lutar contra a exclusão e a discriminação. Paralelamente a esse processo a AMRU introduziu a apicultura em moldes profissionais providenciando consultoria, assistência e outros insumos necessários para produção.

Dados obtidos localmente revelam que era tradição na comunidade mulheres criarem no mínimo cabritos para consumo familiar, ou para festas de casamento ou para recepção de hóspedes, em outros eventos familiares. Porém, isso não era considerado trabalho, fazia parte das suas “obrigações matrimoniais”. São numerosos os elementos contidos nas entrevistas afirmando que a introdução desta nova atividade contribuiu para assunção de um novo papel social pelas mulheres na família. Algumas referem ser “empresárias” a partir do momento em que se consideram trabalhadoras e gestoras de um negócio. No caso concreto das mulheres ainda solteiras, observa-se que se consideram fortalecidas e pensam investir em outros negócios. São unânimes em afirmar que a AMRU “abriu-lhes os olhos”, iluminando, de forma gratificante, o seu modo de ver o mundo. Isso se deve ao fato de nunca terem pensado em ser proprietárias de bens tão valiosos.

Segundo Deere & León (2002, p. 226), no entanto, o que a sociedade pensa acerca das mulheres, ainda se sustenta em argumentos clássicos que “continuam ‘invisibilizando’ a mulher agricultora e a pressupor que, ao beneficiar homens chefes de família, as mulheres destas famílias também serão beneficiadas”. No entanto, as mulheres esboçam resistência e, na comunidade do estudo, fazem parte de órgãos de tomada de decisões como: Chefe de Quarteirão, diretoras de escola, Centro de Saúde e chefe de Posto Administrativo, entre outros postos de poder na Comunidade. Essa elevação da mulher a cargos de poder desperta nelas a autoestima e motiva a continuarem, sentindo-se conscientemente exigidas a se comportarem de forma a garantir a credibilidade da parte dos maridos, da família e dos vizinhos para merecerem respeito e tratamento equitativo na perspectiva das relações de gênero.

Autores Deere & León (2002) dizem que, cabe ao Estado, comprometer-se a considerar as diferenças de gênero em todas as estratégias, planos e programas de desenvolvimento e a qualificar os funcionários públicos para essa questão. Com isso, enfatizam a necessidade de reconhecer a igualdade

de direitos de mulheres e homens no lar, no local de trabalho, na produção e na vida social e política. Também garantir a elas as mesmas possibilidades dos homens, especialmente com relação ao acesso a crédito, adjudicação de terra e outros recursos produtivos e tecnológicos. Pensa-se que existem desafios a enfrentar para superar as diferentes dimensões da exclusão das mulheres no campo, esses passam, necessariamente, por enfrentar e desafiar um padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos em Moçambique.

Relações familiares e comunitárias – repercussões do crédito

As relações familiares e comunitárias são elementos importantes como fundamentos compreensivos para os achados desta pesquisa. Evidenciou-se que no contexto estudado estão sendo construídas novas relações familiares, coesas e solidárias e as mulheres conhecem o respeito da comunidade. Como reflexo desse respeito, os maridos passam a dedicar mais tempo às esposas e pode-se argumentar também que os maridos que pagaram o crédito, tem assegurado o investimento feito, nesse sentido cuidam do gado de modo a certificar-se do seu desenvolvimento e mesmo pagam “pastores” em alguns casos. Enfim, mesmo que o interesse seja também de cunho individual e “protetor” da autoridade masculina, o fato de os maridos se envolverem na atividade, pensa-se que é indicativo que aderem a práticas mais participativas e igualitárias.

Nesse sentido pode-se identificar mudanças no comportamento de alguns homens pela observação de situações em que os maridos se ocupam da construção e conserto de currais para albergar os animais no período noturno, evitando que sejam expostos ou se percam na mata ou mesmo sejam roubados. Isso é, em última análise, considerado uma forma de parceria entre marido e mulher no trabalho, justificada pelo fato de ser a atividade dominante do casal. Merece atenção particular salientar situações em homens que se encontravam refugiados nas cidades ou nos países vizinhos, alguns dos quais já haviam constituído outras famílias, regressaram à comunidade ao tomarem conhecimento de que as esposas se encontravam criando gado e que, possivelmente, as dificuldades financeiras teriam chegado ao fim. Pode-se dizer que as relações na família tomaram outras direções desde então, algumas se tornaram mais sólidas porque marido e mulher ficaram parceiros de trabalho, outras sofreram rompimentos. Salienta-se que as mulheres, invariavelmente, dizem ter conquistado seu espaço na família e na Comunidade, conforme refere uma delas:

“a comunidade admira as mulheres que decidiram por esta atividade”. “Tenho prestígio na família e na comunidade. Ganhei respeito, mais do que esperava na comunidade. Não tenho motivos de queixas nas relações familiares. Agora sou dona do gado e com orgulho, ando de cabeça erguida” (Entrevista, n, 15, 2008).

Por razões da multiculturalidade e multiétnicidade da Comunidade de Changalane, ou seja, das diferentes origens dos homens residentes, a maior parte das mulheres criadoras de gado não convive com os familiares dos maridos por residirem em outras províncias ou localidades distantes. Isso teria sido elemento facilitador da receptividade das novas formas de vida social introduzidas juntamente com o crédito. A predominância dessa multiculturalidade e multiétnicidade, faz com que a maior parte dos homens sejam oriundos “de fora”, conseqüentemente, obedeçam às regras do jogo locais. Assim, o sistema de dominação masculina aceito tradicionalmente não ocorre tacitamente nesse cenário e frustra-se, já que os homens encontram-se longe de suas famílias e de seus grupos de referência. Esse fato condiciona os homens a se adequarem às condições impostas localmente. De certa forma, num mecanismo contraditório, como diz Bourdieu (2006), “veem-se obrigados a recorrer ao trabalho de forma direta, cotidiana e pessoal para produzirem e reproduzirem as condições sempre incertas de dominação”.

Considera-se que o fato de os maridos e outros membros da família, assim como a comunidade em geral, terem acompanhado o processo de atribuição de crédito e conjuntamente terem passado pelo processo anterior de capacitação e preparação, induziu as mulheres à obrigação de assumirem e corresponderem às expectativas familiares e da comunidade para esse novo papel. As viúvas tiveram a oportunidade de elevar o seu status social, na medida em que adquiriram independência e capacidade de tomarem decisões recorrendo às orientações do presidente da Localidade e da presidente da Associação das Mulheres locais. Da mesma forma, as mulheres solteiras vivendo sozinhas, ou com os pais, aproveitaram a oportunidade.

Ao analisar-se a perspectiva do prestígio social na Comunidade, revela-se que as mulheres referem esse prestígio a partir do momento em que podem dirigir-se em público, sem constrangimentos, e serem ouvidas também pelos homens que outrora não as valorizavam. O grupo beneficiário tem representatividade na comunidade na medida em que as mulheres tornaram-se dinâmicas no domínio da informação e da tecnologia na atividade que desempenham, tanto individual como coletivamente.

“Toda mulher devia ter esta oportunidade”. “A partir do momento que eu me tornei criadora já não bato porta na vizinhança para pedir alguma coisa”. “Tenho meu próprio dinheiro”. “Sou uma mulher que não era antes”. “Quando peço emprestado a alguém, não hesita em me dar porque sabe que vou pagar”. “Hoje quando me levanto numa reunião para falar, colocar minhas idéias, as pessoas me escutam e respondem com respeito, o que não acontecia antes ” (Fragmentos de entrevistas diversas, 2008).

O que está em jogo nessa questão é o “respeito” advindo dos maridos. Referimos anteriormente a delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e, particularmente, as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher na família e no casamento.

Convém lembrar que essas representações são construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais postulados culturalmente, as quais legitimavam a ingerência paterna na definição do processo de tomada de decisões.

Na situação analisada coloca-se em questão a autoridade do poder masculino, particularmente no que diz respeito a sua referência econômica. Importa salientar que o prenúncio de mudanças na velha estrutura social local, por motivos já referidos nesta pesquisa, facilitou a introdução de novas formas de vida familiar e comunitária e contribuiu para que as criadoras de gado se sentissem individualmente “uma outra pessoa” no relacionamento familiar e no diálogo que se estabeleceu a partir dessa nova realidade social. Ao longo da história a comunidade realizava casamentos reconhecidos tradicionalmente e caracterizados por “lobolo”, ou seja, pagamento de dote à família da mulher que mantinha um relacionamento marital e era considerada casada. Nesse caso podia viver com a família do marido a vida inteira. Destaca-se hoje que a oficialização das relações entre casais é resultado do desenvolvimento de novas relações protagonizadas pela nova atividade. Reflete a “revolução” ocorrida nas condições financeiras que elevam o capital econômico e social dessas famílias.

As mulheres referem que ao alcançarem a estabilidade no sustento da família sonham em conquistar mais bens materiais que vão, por sua vez, elevar o seu status social e, conseqüentemente, fazer com que adquiram cada vez mais prestígio na Comunidade. Apesar do conhecimento que a população tem da existência do casamento civil reconhecido pela lei e o Estado, isso não era visto como motivo para reivindicações dessa condição. Porém, a nova realidade permitiu que alguns homens e mulheres, vivendo juntos, assumissem perante a Lei a sua relação e se casassem. Para as mulheres, “essas famílias unidas por matrimônios elevaram seu prestígio na Comunidade.”

Inúmeras falas das mulheres refletem o prestígio que as criadoras adquiriram no interior da Comunidade. Dessa forma, considera-se que “cuidar de gado” é um trabalho que veio inesperadamente despertar a mulher de Changanane. Esse fato pode ser observado quando dizem que “parece estarem vivendo um sonho e que irão acordar a qualquer momento”. Essa mudança adquire maior valor influenciada pela situação dramática que viveram ao longo dos anos de fome e de guerra.

“Hoje sinto-me valorizada por que as pessoas sabem que crio gado. Agora conto comigo porque posso resolver qualquer problema social que possa surgir” (Entrevista n. 18, 2008).

Esses significados podem ser entendidos na perspectiva de Bourdieu (2006, p. 195-196), segundo o qual o “uso de estratégias baseadas na honra e a confiança que usufruem nas relações que podem mobilizar, permite-lhes não só ir ao mercado tendo como única moeda seu rosto, seu nome, sua honra”.

Assim, pode-se justificar o orgulho com que as mulheres entrevistadas referem-se a essa respeitabilidade pública.

Segundo revela a pesquisa, o grupo das beneficiárias hoje cumpre um papel importante na comunidade e representa uma das maiores conquistas na região nos últimos 12 anos. O marco é a atuação decisiva da AMRU nos vários momentos em que a comunidade foi lembrada pelo Estado, como por exemplo, enviando técnico agropecuário para prestar serviços ao Posto Administrativo de Changalane e outras ONG's. Apesar de o crédito ter sido apenas uma gota no imenso oceano de dificuldades em que o restante da população se encontrava mergulhada, foi ainda assim, uma esperança de transformação da realidade. Poucas mulheres foram beneficiadas (144) entre as moradoras do Posto Administrativo em questão; e existe um número grande de mulheres no interior do Changalane vivendo em más condições.

Acredita-se que o referido prestígio da maioria das entrevistadas vai se concretizar efetivamente pela educação dos filhos, que é o desejo de muitas mulheres. Elas referem usar os rendimentos da atividade como criadoras na educação dos filhos de forma a não permitir que eles perpetuem o padrão de pobreza experimentado pelo país. Essa decisão repercute nos projetos de vida dos membros do agregado familiar, redefinindo padrões e noções do que pode vir a ser a família daí por diante.

Constatou-se, entre as entrevistadas, um grupo de mulheres que, a partir do benefício do crédito pecuário, retomaram os estudos e se encontram hoje no grupo de maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens. Esse fato é entendido e salientado por Valá (2006) quando afirma que "as mulheres locais estão procurando ganhar cada vez mais visibilidade e intervir de forma crescente nos processos produtivos e nos círculos de tomada de decisões (VALÁ, 2006, p. 180).

Nessas circunstâncias, o grupo que se encontra em busca de conhecimento e de elevação do nível de escolaridade se considera autônomo e responsável pelo trabalho que executa, pelos filhos que criam e planejam educá-los como forma de permitir a mobilidade na escala social, evitando a perpetuação da situação de pobreza que experimentaram em suas vidas. Nessa ótica, em sua maioria, projetam o futuro para seus filhos fora do campo capacitando-os de forma a definir outros modos de ganhar a vida. Sonham com outras perspectivas profissionais, particularmente vinculadas à cidade.

Em última instância, pode-se dizer que as beneficiárias dessa nova modalidade de crédito beneficiaram-se também de transformações em suas vidas. Acredita-se que, através da educação cívica recebida no período inicial, as mulheres tiveram acesso a conhecimento sobre os direitos iguais aos dos homens, o que está refletido na sua consciência atual. Algumas assumem isso com veemência e exigem que esses direitos sejam respeitados em igualdade de condições com os homens. Outras são indiferentes a tudo isso, preferem

que “a vida as leve”, no entanto, elas também são influenciadas pelas transformações que acontecem na Comunidade.

Entre as entrevistadas encontra-se o caso de uma mulher que vive na comunidade tendo residência fixa em outra província, onde vivem o marido e os filhos. Essa mulher chegou a Changanane no período em que todos iam à busca de lenha e carvão e levava consigo alguns produtos de troca. Obteve um espaço onde construiu uma casinha para passar alguns dias, sempre que fosse comerciar. No momento em que soube do crédito, fixou residência e esperou mais de cinco anos até a concessão do benefício. Nessa época, o marido se encontrava trabalhando na cidade de Maputo em uma empresa siderúrgica que, por ocasião das privatizações das empresas estatais, reduziu o número de trabalhadores. Assim, o marido decidiu-se por voltar à terra natal e fixar residência em Zavala, na província de Inhambane, a norte de Maputo, trabalhando e com uma parte dos filhos, assim ficou aguardando pela esposa. Nesse caso, a família avaliou que a atividade da mulher era mais vantajosa a ponto de sacrificarem a companhia uns dos outros organizando visitas regulares. Essa prática observada contraria as características locais, detalhadas ao longo deste estudo, em que os homens migram deixando para trás as mulheres, o marido é que irá trazer bens materiais para o sustento da família ao regressar. Esse é o clássico papel masculino de provedor da família. Nesse caso particular, a mulher é que está na condição de migrante com obrigações iguais as do homem e tem que prover os bens materiais para a família que os recebe nas visitas regulares.

Condições de vida material – mudanças substantivas na vida individual e familiar

As mulheres de Moçambique são consideradas o maior contingente de trabalhadores na produção agrícola, produzindo alimentos e produtos exportáveis. É comum dizer-se que são elas que alimentam o País, produzindo inclusive com recurso de conhecimentos tradicionais auxiliadas com técnicas básicas de agricultura e com resultados ínfimos (MADER, 2002). No entanto, isso não exclui o caráter “invisível do trabalho da mulher” e a invisibilidade de sua contribuição no processo de desenvolvimento do país, de acordo com Lopes (1995). Nesse sentido, diz a autora, a invisibilidade é alicerçada pelos símbolos culturais disponíveis com relação aos sexos, que constituem a base da valorização das práticas de homens e mulheres. Nesse contexto, o trabalho das mulheres é invisibilizado na dimensão de “serviço à família”. Por outro lado, a ausência de valor mercantil para essas práticas (naturalizadas e invisibilizadas) desvaloriza socialmente as mulheres e as submete a relações hierárquicas entre os sexos.

Um dos fatores que influencia a não valorização das mulheres no processo de desenvolvimento, apesar de serem chamadas de “alimentadoras da nação”, é o caráter camponês masculino e hierarquizado da sua

organização, não se admite que a direção, organização e execução do trabalho na unidade familiar sejam de responsabilidade das mulheres.

Portanto, segundo Lopes (1995) a problemática da invisibilidade da contribuição das mulheres nas áreas rurais ao desenvolvimento e o reconhecimento da multiplicidade de papéis que elas desempenham no cotidiano social, econômico e cultural continua sem ser resolvida, assim como o dilema central da iniquidade entre homens e mulheres. Até aqui, na comunidade alvo os avanços alcançados podem indicar que o processo, embora lento, oriente-se por estratégias adequadas próprias e singulares, partindo das premissas pleiteadas pela nova ruralidade de acordo com Penício & Ribeiro (2005).

Desse modo, analisar as condições de vida material tornou-se relevante para entender as mudanças no estatuto da mulher nas últimas décadas e que decorre dos benefícios do crédito pecuário às famílias da Comunidade. Além de aumentarem a produção agrícola com uso da tração animal ou mesmo maquinário, como trator, o novo papel e a nova posição atribuída pela comunidade trouxeram moradias de alvenaria, eletricidade e água canalizada.

Dentre as mulheres que fazem parte desta pesquisa, pelo menos duas já adquiriram veículos motorizados, que são usados pelos maridos para facilitar os deslocamentos. Uma dessas mulheres é casada com o Presidente da Associação Agropecuária das Mulheres de Changanane. Ela afirma: *“Agora me considero trabalhadora... quando recebi o primeiro salário comprei congelador, mobília e outros bens que não esperava ter... não sonhava ter uma vida assim, meus filhos estudando no secundário... Estou a construir casa para os meus filhos”* (Entrevista n. 2, 2008).

Cabe aqui salientar que possuir casa de alvenaria com energia elétrica e água canalizada ultrapassa as expectativas de quase todas as famílias. Provavelmente alguns moradores dessa comunidade tenham familiares vivendo nas cidades, em casas dessa natureza, mas nunca lhes “passou pela cabeça” ter uma em Changanane. A aquisição desses bens materiais simboliza o bem-estar, da mesma forma que mandar os filhos a escola.

Conforme as mulheres e os homens (maridos) entrevistados, os que participam ativamente no processo produtivo, repetidamente referenciam que antes do início da criação de gado por meio do crédito pecuário, as pessoas não dispunham de nenhuma alternativa de produzir o seu próprio sustento. Consideram o gado um fundo guardado no “banco”, porque a qualquer momento que surgir um problema na família podem recorrer a ele para a busca de soluções. Relatam que no início do ano letivo vende-se uma cabeça para matricular as crianças, comprar uniforme escolar e livros, além de tudo que for necessário para o ano escolar. Em particular no que se refere ao sustento as mulheres relatam: *“a criação de gado transformou minha vida...”* *“Já não dependo*

de marido...“sou economicamente ativa, agora não dependo só da agricultura; eu estava “desamparada”, separada do marido”(Entrevista n. 5,6 e 7, 2008).

Outra salienta: *“o meu marido quando queria comprar carro faltou algum dinheiro para acrescentar, vendemos uma cabeça de gado e resolvemos aumentar na compra do carro. Quando faleceu o meu irmão na África do Sul encontramos solução na venda de um dos animais para transladar o corpo dele de lá para ser enterrado em casa.. Se não tivesse essa oportunidade nada disso teria acontecido, ele teria sido enterrado por estranhos, lá sem a família por perto”* (Entrevista n. 30, 2008).

Embora a heterogeneidade impeça a generalização dos resultados para toda a população em estudo, é verificável a superação alcançada pela maioria das beneficiárias do crédito, a ponto de algumas terem construído outras casas e terem a capacidade de realizar outros negócios. Algumas delas viajam para países vizinhos para comprar produtos que escasseiam na Comunidade para comercialização. Como diz uma delas: *“passei a ganhar mais dinheiro... nunca tinha recebido muito dinheiro de uma só vez, quando vendi uma cabeça* (Entrevista n. 7, 2008). Outras têm planos de comprar carro com capacidade para transportar produtos de Changanane para outra localidade, a fim de facilitarem o escoamento de produtos agrícolas e outro tipo de mercadoria para a comercialização. Argumentam que esperar gente que venha de Maputo para comprar na localidade as obriga a vender mais barato, *“com carro próprio podemos vender ao preço real na cidade”,* dizem elas. Já adquiriram motocicletas que são usadas para transporte de pequenas mercadorias e pessoas. Uma das mulheres de 68 anos de idade construiu uma casa de alvenaria, mobiliou, instalou energia elétrica e água canalizada, e diz ter-se estabilizado financeira e socialmente. Mudou suas condições de vida anteriores pela dependência promovida por um divórcio inesperado que a fez depender dos filhos para se alimentar. Diz ela: *“os meus filhos mandavam rancho mensalmente para mim porque têm suas famílias”* (Entrevista n. 8, 2008). Atualmente afirma ter o necessário para viver e investir. Também construiu um aviário onde produz frango de abate e produz ovos que comercializa para a comunidade interna e para externos. Recorre também à contratação de trabalhadores para cuidar do aviário e para a venda dos frangos e outras atividades econômicas que desenvolvem sob sua responsabilidade. Esta mulher se diz “empresária” e abriga em sua casa uma tia deficiente visual. Outra situação mostra que a mulher confidenciou ter comprado o congelador e fogão a gás, entre outros bens para a casa, à revelia do marido. *“Tive receio que se o marido soubesse que ela estava com dinheiro, iria gastar na bebida... Daí que preferiu fazer tudo as escondidas”* (Entrevista n. 42, 2008).

Na perspectiva ainda das condições materiais, algumas situações ocorreram demonstrando os conflitos de gênero. Há casos de mulheres que mesmo correspondendo às expectativas enfrentaram conflitos familiares como é o caso seguinte: *“meu marido quer destruir tudo, ele abandonou a casa, foi viver com outra mulher, não presta assistência nenhuma à família e quando*

descobriu que eu era beneficiária do crédito e que estava criando gado começou a ameaçar destruir tudo. Ele odeia a minha condição atual, porque ele está na pior... então não se sente feliz em saber que eu já não sou mais dependente dele e que estou numa situação boa... “Mas ele não vai fazer nada porque a comunidade não vai deixar” (Entrevista n. 15, 2008). Na mesma situação está uma viúva que se via em conflitos com os próprios filhos que não concordaram com a atitude da mãe em usar o dinheiro oriundo da pensão que ela recebeu depois da morte do marido para pagar o crédito. “Eles não gostaram disso e ficaram muito aborrecidos. Mas o negócio está a florescer, eu tenho a certeza de que eles vão mudar de ideia quanto eu tiver construído casa e aumentado o número dos animais” (Entrevista n. 18, 2008).

As repercussões da adesão ao crédito nas relações matrimoniais podem ser explicados no que diz Lopes (1995 p. 82), quando diz que as práticas sociais de homens e mulheres articulam em si razões de sexo e classe. As práticas de trabalho das mulheres são argumentadas na perspectiva da sua coerência com atributos "femininos" inerentes a uma "natureza feminina" e dessa forma, hierarquizada socialmente. A adoção de modelos coletivos de agregados familiares baseados na maximização do bem-estar individual proporciona elementos para analisar como o status social capacita para a independência da mulher na tomada de decisões "impulsionada, sobretudo pelo acesso ao trabalho e rendimento externo", salienta Ellis (1998, p. 24).

Pode-se dizer que as relações sociais internas à família e na comunidade considerando suas dimensões multiculturais e multiétnicos se caracterizavam, até então, pela complementaridade entre os sexos, embora tanto a família como a comunidade fossem organizações hierárquicas no plano ideológico. Conforme mencionado anteriormente, a atividade sociolaboral das mulheres era enquadrada nas tarefas agrícolas, cujo papel fundamental era o de manutenção e reprodução da unidade familiar o que ocorria, muitas vezes, em situações críticas, dada sua dimensão econômica.

Como consequência do crédito, as mulheres criadoras de gado assumem um novo papel nas relações familiares, e em certos casos, em confronto com a dominação masculina, segundo a lógica das relações entre os sexos discutida por Bourdieu (1962). Segundo esse autor o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Essa repercussão permite antever que a autonomia das mulheres é vista como surgimento de um "fenômeno anormal", mas, sobretudo revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, está sofrendo uma transformação profunda e que é preciso identificar as suas causas essenciais. Bourdieu (1962) constata redução da dependência nas trocas matrimoniais em relação aos aspectos econômicos, ou seja, mudança de forma. No caso de Changanane, reflete-se na situação de hierarquia social definida pelo estatuto social e o estilo de vida das famílias locais.

Quando se ocupavam da produção e consumo de bebidas alcoólicas, não passava pelo pensamento das mulheres possibilidade de um dia se tornarem proprietárias de alguma coisa. A deterioração das relações matrimoniais não era vista com censura pelas mulheres por ter se tornado “normal” acontecerem, por exemplo, espancamentos em público.

A redução da dependência na perspectiva econômica é observável na comunidade estudada e pode-se afirmar que ocorreu a apropriação de uma nova identidade por parte desse grupo de mulheres. Começando pela disponibilidade em apreender e colocar em prática novas formas de relacionamento, pautadas pela conduta ativa na gestão do matrimônio, e na preocupação em ensinar os filhos para que não venham “de maneira nenhuma” passar pelas dificuldades pelas quais passaram outrora, como é o caso da fome e da violência por falta de alternativas.

O adultério era uma prática cotidiana segundo a situação encontrada pela AMRU. Esta prática e a poligamia foram elementos focalizados nas palestras como cruciais na propagação de doenças de transmissão sexual e como forma de redução da contaminação do HIV/SIDA. O fenômeno poligamia não era visto pelos moradores de Changalane como uma prática negativa, até porque as mulheres é que sugeriam aos maridos buscar outras mulheres quando estas estivessem na fase de amamentação dos filhos, para evitar gravidezes consecutivas. O marido buscava outra mulher por recomendação da própria esposa enquanto ela estava em resguardo.

Se a segunda mulher ficasse grávida, ele ia procurando mais uma e mais uma até que culminava com um número elevado de esposas, às vezes cinco ou mais, e um número de filhos também elevado. Assim, é comum encontrar um homem com várias mulheres e conseqüentemente poderoso, pois, com aumento do agregado familiar aumenta também a mão-de-obra para a exploração agrícola. Diante disso, com tantas mulheres e tantos filhos servindo de mão-de-obra alargam-se as áreas de cultivo e aumenta o poder econômico e prestígio masculino.

Retomando os aspectos da gestão do crédito, uma das autoridades locais revela que as mulheres referem desavenças conjugais derivadas do não entendimento no processo de gestão dos animais, por exemplo. Assim, uma situação relatada mostra que o marido resolveu vender uma cabeça, sem consultar a esposa, vende e aplica o dinheiro sem dar satisfação. Às vezes é a mulher que resolver vender e enfrentar a fúria do marido. No entanto, observa-se que as mulheres sempre aplicam o recurso na compra de bens para família.

Um dos maridos diz que “os animais são dos filhos”, essa é a forma que arranjou de segurar a mulher. Diz ele: *“mesmo assim não significa que eu quero só pra mim, fui eu quem pagou as prestações do crédito. Dia de pagar a prestação pedi-me dinheiro para pagar e eu dei... tanto que fui fazer lobolo na*

família dela e tive que comprar o boi necessário ao invés de tirar do curral de casa... Espero casar oficialmente dentro em breve” (Entrevista n.35, 2008).

Algumas das mulheres optaram por tratar a questão do casamento a sério, levando os maridos ao altar e ao registro civil para oficializarem a relação. Presumivelmente por terem ouvido com frequência, durante o preenchimento dos requisitos para a concessão do crédito, perguntas tais como: é casada oficialmente? No total das 31 mulheres pesquisadas, aproximadamente 8 mulheres casaram-se oficialmente desde que se tornaram criadoras de gado.

Considera-se que as novas atividades contribuíram para promover a emancipação socioeconômica e para a diminuição das desigualdades de gênero na localidade. As conformações familiares e as relações entre seus membros mais equitativas, considerando os efeitos do empoderamento econômico da mulher, são outras evidências. Isso se lê entre outras coisas a partir do momento em que as mulheres observam e reconhecem que antes perdiam tempo nas “bebedeiras e vexames”. Agora dizem: *“jamais serei a mesma mulher de antes da introdução dos projetos na comunidade... estou a resolver os problemas paulatinamente, agora, as nossas relações são de respeito... tornei-me uma referência na comunidade, tanto a família assim como a comunidade elogiam o trabalho que faço. AMRU despertou-me para a vida. abriu os meus olhos”*. *“A minha família elogia a minha decisão de me tornar criadora de gado”*. *“A família do meu marido dizia que eu ia lhe abandonar a partir do momento que eu me tornei trabalhadora”*. *“A atividade veio fortalecer a nossa relação, pois, agora trabalhamos juntos, quando um animal se perde saímos juntos para procurar, vamos com a família às compras, todos participamos de tudo, estamos felizes respeitando um ao outro”* (Fragmentos de entrevistas, 2008).

Repercussões do estatuto de criadoras de gado na autoestima das mulheres

Ao introduzir o crédito pecuário na Comunidade em benefício das mulheres locais, a Associação constitui-as em primeiro lugar em uma organização coletiva. A AAPMC é quem as representa no espaço sociopolítico. No enfoque socioeconômico o espaço estava aberto pela interação entre as mulheres e outros grupos sociais, como é o caso das autoridades governamentais e das ONG’s que passaram a fazer parcerias com a Associação, buscando legalizar a agremiação para facilitar a abertura de conta bancária, assim como para dar início a outras atividades que se concretizaram por conta dessas parcerias. Exemplo disso está na construção e exploração, em moldes empresariais, de um aviário que produz frangos de abate e ovos e que funciona na localidade sob gestão da Associação das mulheres locais.

Esse empreendimento contribuiu para solidificar o emprego das mulheres e serviu para o aumento da autoestima dessas mulheres que se encontravam em uma situação de desfavorecidas e desvalorizadas tanto na

família, respaldadas pelos costumes locais, da Comunidade e pela falta do estatuto de “trabalhadoras” (LOPES, 1995, p. 82).

Durante as entrevistas percebeu-se que, as mulheres são firmes no que fazem e dizem. Não são barulhentas, mas reconhecem que são respeitadas e usufruem algum prestígio que mesmo a maioria dos homens não possui. As mulheres se apropriaram de novos significados e conceitos de vida e de relações sociais. Nas relações de poder demonstram interesse específico; isso é verificável na interação com as Autoridades Administrativas e locais e com outros grupos sociais externos e internos. Isso faz dessas mulheres lutadoras pelo fortalecimento de redes de relações institucionais com vistas a obterem sucesso em projetos futuros. Buscam a aquisição de tecnologias necessárias para melhorar a produção.

Algumas dentre elas vêm na nova atividade uma forma de lhes permitir a aquisição de nova identidade e assumem a sério o trabalho e o estatuto de trabalhadoras, considerando-se “empresárias rurais de sucesso” e se preocupam em investir e conquistar cada vez mais com vistas a maximizarem suas economias.

Prestígio social, família e mudanças

Acredita-se que o projeto de criação de gado abriu espaço social para a representatividade das mulheres na comunidade de Changalane, caracterizada por alicerçar novas relações e identidade dessas mulheres, o que provocou descontinuidades do poder existente, marcado pela dominação masculina.

Concepções dessa natureza influenciaram profundamente a atividade, ainda que sua observância seja garantida pela resistência e oposição que começaram a substituir a submissão e o conformismo pelo enfrentamento da nova realidade. Esse enfrentamento baseou-se no conhecimento da existência dos direitos gerados pela igualdade de gênero introduzidos junto com o projeto de criação de gado, fortalecidos pelo sucesso na nova atividade que condiciona a construção de um novo discurso capaz de influenciar os debates e fornecer argumentos na interação pública e nos diálogos familiares na luta pela conquista dos espaços. Nesse sentido, as mulheres foram apoiadas, muitas vezes, por homens que reconhecem a existência de “outros homens” que ainda alimentam o passado de marginalização e exclusão das mulheres.

A adaptação às diferentes condições de vida, gradualmente estão ganhando espaço na construção de novas identidades de criadora de gado visto pela comunidade como para além de identidades auto-geradas, mas coloridas por uma série de expectativas sociais, imagens de hierarquia e cargas geradas pela ação social. Em particular isso afeta os agregados familiares, elevando a posição social das mulheres e o conhecimento sobre a comunidade com seus vínculos ao mundo exterior, às experiências da vida da cidade, relações com o mercado e migrações.

As transformações socioeconômicas na região têm ocorrido de forma mais efetiva na vida da população beneficiada pela criação de gado e que se encontram desempenhando atividades produtivas. O restante da população se encontra em condições ainda precárias e com reflexos dos conflitos no país anteriores a 1992. Acredita-se, no entanto, que se houverem investimentos na criação de gado pode-se ampliar a participação da população e produzir mais gado e de melhor qualidade. Pode-se afirmar que as mulheres criadoras de gado de Changanane constroem um novo papel social sustentado na igualdade de gênero e no seu poder emancipatório na luta contra as desigualdades até então reproduzidas na hierarquia entre os sexos (LOPES, 1995).

Assim, a mudança na dinâmica familiar permitiu problematizar a construção e a permanência dos valores culturais da dominação masculina. Desafios, oposição, conformismo e submissão, assim como resistência e o despertar da consciência empreendedora e de uma nova mulher surgiram na comunidade de Changanane. Os enfrentamentos aconteceram e acontecem no plano social ou familiar de “cabeça erguida” e as protagonistas participam nos processos de tomada de decisão familiares e comunitários.

As postulações advindas de organizações de mulheres, dos foros locais, regionais, nacionais e mundiais, têm dinamizado o processo de transformação do sistema de valores e crenças no País. Porém, nas comunidades rurais isso se verifica de forma tímida devido a falta de divulgação dos resultados desses acontecimentos. Em Changanane, estas influências são visíveis, e compreendidas com maior grau de observância e adesão pelas participantes deste estudo. Isso se verifica na assimilação de competências que as mulheres assumiram no seu cotidiano e nas novas ambições como batalhadoras preparadas para enfrentar de forma individual e/ou coletivamente a defesa do espaço conquistado paulatinamente. Isso se evidencia junto às Autoridades Administrativas e locais influenciadas pelas diversas redes de relações institucionais, assim como pelo fortalecimento de redes de relações comunitárias e também entre as próprias beneficiárias. Identificam-se pelas novas percepções desenhadas pela vasta gama de experiências sociais, também pelos novos interesses familiares que se estruturam com base na diferenciação no acesso a recursos.

Observa-se que uma das discriminações mais persistente e sentida pelas mulheres se refere ao desempenho dos múltiplos papéis e abarca aspectos muito diferenciados. Entre esses múltiplos papéis, não compartilhados com os maridos estão o papel reprodutivo familiar e as tarefas domésticas. Soma-se a isso o papel econômico referido no trabalho familiar não remunerado e no trabalho assalariado. As atividades comunitárias se agregam a esse rol e caracterizam-se por representação da família, especialmente em organizações territoriais, segundo Zapata (2001), citado por Penício & Ribeiro (2005 p. 119).

Considerações Finais

A pesquisa mostra que na comunidade de Chungalane ainda predominam as desigualdades sociais sexualmente estruturadas ao longo da trajetória de Moçambique. Essas desigualdades são ao longo da história impulsionadas pelo sistema colonial patriarcal até aos dias atuais e são fatores limitantes para as mulheres no enfrentamento do padrão secular de subordinação. Essa condição mantém ainda fortemente as mulheres rurais em situação de desvantagem e nega-lhes a legitimação como sujeitos políticos e econômicos no meio em que vivem. Os desafios a enfrentar para superar as diferentes dimensões da exclusão das mulheres no campo passam, necessariamente, por encarar e desafiar o padrão secular de subordinação e a negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos em Moçambique.

Por meio do estudo empírico foi possível compreender dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Chungalane em Maputo – Moçambique no período compreendido entre 1996 a 2008. Sobretudo, o protagonismo dessas mulheres no processo de desenvolvimento, tanto na Comunidade em particular, e do País no geral, se deve ao fato de elas se encontrarem competindo lado a lado com os homens e, sobretudo construindo sua própria identidade como criadoras de gado.

A entrada da AMRU na Comunidade de Chungalane, com o fim da guerra civil, deu início à concessão de crédito pecuário em 1996 beneficiando comunidades de base pobres e vulneráveis. A capacitação socioprofissional realizada antes da atribuição de crédito às mulheres e suas famílias revelou essa situação. Nessa ocasião, a população constatou a marginalização da mulher e as consequências da poligamia e outras formas tradicionais de levar a vida que foram por séculos acatados, e puderam então ser contestadas por serem consideradas negativas nos moldes atuais de convivência além dos riscos de contaminação de DTS e HIV/SIDA.

Compreendeu-se, portanto, as posições que os atores sociais, no caso as mulheres, ocupam não só na família, na Comunidade e nas Instituições sociais, a partir de determinado momento histórico, em que se vêm pressionadas, a assumir o protagonismo. A identidade coletiva construída nesse momento foi essencial a essas mulheres, aliadas as atividades econômicas de criação de gado.

De acordo com o objetivo principal deste estudo, fatores econômicos e socioculturais influenciaram as mulheres a optarem por esta modalidade de crédito. A educação tradicional local e a socialização considera as mulheres seres destituídos da capacidade de resolver problemas que se apresentam na família, na comunidade bem como na sociedade, a introdução do crédito pecuário serviu de alavanca na consolidação de um novo papel social das

mulheres e contribuiu para enquadrar as mulheres em uma atividade produtiva embora continuem considerando a prática da agricultura a principal atividade.

Acredita-se, ao final desse estudo que essa modalidade de crédito pode servir de inspiração para experiências semelhantes ou criação de novas alternativas que dêem conta das demandas sociais das mulheres rurais e também de outros grupos sociais existentes. Porém, é necessário considerar-e a escassez de políticas de crédito agrícola em Moçambique o que reforça a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, aliada à fraca produtividade de suas atividades pautadas na produção de subsistência. As instituições bancárias não arriscam prover crédito para investir na agricultura, o que torna essa possibilidade ainda mais escassa para a mulher rural. Observa Bergh-Collier (2006) que isso se prende também aos baixos níveis de alfabetização feminina em áreas rurais, à falta de acesso a ativos independentes que possam servir de garantia, à escassez de tempo devido aos papéis múltiplos das mulheres na família e à falta de acesso à informação e experiência de negócios.

Salienta-se por fim que a criação de gado permitiu vislumbrar uma perspectiva de análise para a compreensão do dia-a-dia da vida dessas mulheres, suas vivências partilhadas no processo de interações entre elas e diferentes agentes sociais dentro da comunidade e suas famílias. Observa-se o esforço empreendido por elas, na construção social de uma nova identidade, organizadas em um espaço caracterizado pela construção de diferentes relações sociais de gênero, as quais fundamentam a formulação de interesses e geração de valores. Isso acontece de forma coletiva e individualmente, e pode ser compreendido como um princípio de redefinição de papéis sociais nessa comunidade.

Referências

AMRU - Programa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural. Maputo: AMRU, 1992.

BARTOLOMÉ, et al. **Mujeres Rurales en España**; Análisis crítico de la producción documental (1990-2002). Madrid: Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.

BECK, Ulrich. **La sociedad Del riesgo; Hacia** una nueva modernidad Barcelona. Paidós Surcos 25. 2006.

BERGH-COLLIER, **Políticas Nacionais e Insumos para a Promoção da Igualdade de Gênero**. Maputo: INE, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. Doubledar & Company: Inc., 1996.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification**. Les économies de la grandeur, Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. "Célibat et condition paysanne". *Etudes Rurales*, n. 5-6, p. 32-135, avril/sept. Paris: 1966.

BRUMER, Anita. "**O sexo da ocupação**: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 8, v. 3, p.20-38, out. 1988.

CASIMIRO, I. M. **Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis**. In: Estigmatizar e Desqualificar; casos, análises, encontros. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Homeood: The American Economic Association, 1966.

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires:Ed. Nueva Visión, 1969.

_____. "**Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**". In: SILVA, José Graziano da, e STOLCKE, Verena. *A questão Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense. P. 133-175, 1981.

DEERE, C. D. E LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, PGDR, 2002.

ELLIS, F. **Household Strategies and Rural Livelihood Diversification**. The Journal of development Studies. Oct. ABI/INFORM Global: 1998.

FREIRE, Nadia Maria Schuch. **Mulher, trabalho e capital no campo**: um estudo da pequena produção em cruzeiro do Sul- RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GIDDENS, A. **Sociologia**; tradução Sandra Regina Netz. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOTTFRIED, E. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença**. 2. ed. Porto Alegre.:Artes Médicas, 1994.

LOFORTE, A. In: Valá, S. **Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000)**: Conflito de Interesses entre o Estado e os Agricultores. Maputo: UEM, 2006.

LOPES, M. J. M.; ESTERMANN, D.E; WALDOW, V.R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LONG, N. *Development Sociology; actor perspective*. Londres: 2001.

OSÓRIO, C. In: *Women and Low in Southern*. WLSA. nr. 15. Maputo: **África Outras Vozes**, 2006,

PENÍCIO, R.E. E RIBEIRO, M. P. **Visao de territorio na America Latina e no Caribe**. 2005.

SHANIN, Teodor – ***Campesinos y Sociedades Campesinas***. México: Fondo de Cultura Económica, 1979^a.

SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. In: ***Revista de Estudos***, número 26. *CEBRAP*, 1979b.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise Histórica. Educação e realidade**. jul./dez. 20 (2):71-99. 1995.

WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

VALÁ, Salim Cripton. **História da Posse da Terra na Região Agrária de Chokwé (1975-1995)**. (Dissertação de licenciatura). Maputo: Departamento de História/Faculdade de Letras/Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 1996.

_____. A pertinência de uma estratégia de desenvolvimento rural para. Direção Nacional de Desenvolvimento Rural/Ministério de Plano e desenvolvimento de Moçambique. Maputo: .DNDR/MPD, 2005.

_____. *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de Interesses entre o Estado e os Agricultores*. Maputo: UEM, 2006.

ZAPATA. In: DEERE, C. D. E LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, PGDR, 2002.